

A ESPECIFICIDADE DA INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO XAKRIABÁ E A UTILIZAÇÃO DE ALGUNS CONCEITOS ECONÔMICOS TRADICIONAIS: POR UM DIÁLOGO ENTRE A ECONOMIA E A ANTROPOLOGIA

Beatriz Judice Magalhães*
Sibelle Cornélio Diniz♦

RESUMO

São apresentadas algumas características da economia indígena Xakriabá e, a partir daí, busca-se refletir sobre a aplicabilidade de conceitos da teoria econômica à população Xakriabá, particularmente, aqueles relativos à Economia Popular e Solidária e à pobreza. Argumenta-se que referenciais teóricos como os aqui mencionados são importantes; porém, procura-se apresentar a necessidade de cautela na utilização dos mesmos particularmente em casos nos quais a população em questão apresenta características distintas daquelas observadas em sociedades capitalistas. Para desenvolver uma metodologia mais adequada ao estudo destas realidades, procura-se estabelecer um diálogo entre os campos de conhecimento da Economia e da Antropologia.

Palavras-chave: Xakriabás, Antropologia, Economia, pobreza.

Área: Economia Mineira

Sessão: E3 - Características urbanas e regionais do desenvolvimento mineiro

* Bacharel em Ciências Econômicas pela UFMG; Assistente de Pesquisa do CEDEPLAR/UFMG.

♦ Bacharel em Ciências Econômicas pela UFMG; Mestranda em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG.

As autoras agradecem à orientação do professor Roberto Luís de Melo Monte-Mór em suas monografias, sem a qual o presente artigo não teria sido realizado.

A especificidade da inserção socioeconômica da população Xakriabá e a utilização de alguns conceitos econômicos tradicionais: por um diálogo entre a Economia e a Antropologia

“Se pensarmos em um projeto de vida coletivo e sustentável, nossas crianças precisam de uma garantia que elas passem bem no futuro, com muita água, mata, frutos, caça, peixe, ar e muitos outros recursos naturais de que a vida precisa para continuar sendo vida.”

*Marcelo Pereira, Rose Meyre, Elizabete, Wilson
Alunos Xakriabás do Curso de Formação Intercultural de
Professores Indígenas da FaE/ UFMG- 2006*

1 Introdução

A população Xakriabá é a maior das populações indígenas do estado de Minas Gerais e compreende cerca de 7000 pessoas, que habitam uma Reserva Indígena localizada dentro do município de São João das Missões, situado na microrregião de Januária, na mesorregião Norte de Minas. Os descendentes dos índios da Missão do Sr. São João do Riacho do Itacaramby são também conhecidos como *caboclos*, devido ao fato de a sua constituição étnica resultar de miscigenação da população indígena original. O reconhecimento do caráter indígena dos *caboclos* foi colocado em questão em diversos momentos por setores que tinham interesse em tomar posse das terras originalmente pertencentes a tal população. No entanto, a sua identidade indígena foi definitivamente reconhecida pelo Estado através da criação da Reserva Indígena Xakriabá em 1979.

Os problemas enfrentados pela população Xakriabá referentes ao reconhecimento de tal identidade demonstram, além da existência de interesses econômicos sobre suas terras, o desconhecimento, por parte de alguns setores, de uma definição antropológica mais precisa do termo *população indígena*. De acordo com o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2002), a definição de uma população como indígena encontra-se exposta à contingência de se utilizar uma classificação errônea e simplista. Fornecendo uma conceituação que considera mais correta, o autor afirma que:

Ao falar em indígenas, devemos pensar em coletividades atuais que se reconhecem como descendentes daquelas populações que estiveram presentes nesse marco territorial antes da chegada dos colonizadores europeus e da constituição dos Estados nacionais (OLIVEIRA, 2002, p.111-112)

O objetivo do presente trabalho é propor uma metodologia interdisciplinar de análise da socioeconomia Xakriabá, sugerindo-se a necessidade do estabelecimento de diálogos entre a Economia e a Antropologia, tanto no âmbito acadêmico como no campo prático. O trabalho é constituído desta introdução e de mais 3 sessões: inicialmente, são apresentadas características gerais da população e da economia Xakriabá. Em seguida, justifica-se a proposição de uma metodologia que conjugue Antropologia e Economia para se analisar casos como o aqui abordado. A partir de tal proposição, reflete-se a respeito de algumas características da economia analisada à luz dos conceitos de *pobreza* e de *Economia Popular e Solidária*. Posteriormente, busca-se

abordar as formas de organização comunitárias e a temática das políticas públicas com um olhar que também indissocie os campos de conhecimento aqui abordados. Finalmente, são feitas algumas considerações finais ensejando diversas questões que, dada a delicadeza e a complexidade dos assuntos abordados, permanecem em aberto.

O trabalho foi elaborado a partir de pesquisa de campo, no âmbito de atividades extensionistas, como viagens à Reserva e entrevistas realizadas nos meses de maio e setembro de 2006, durante o Curso de Formação Intercultural de Professores Indígenas na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Foram também realizadas revisões bibliográficas críticas acerca de alguns dos diversos temas abordados, tais como as cooperativas, o etnodesenvolvimento e algumas políticas públicas. Acredita-se que estudos referentes a comunidades específicas devam, sempre que possível, realizar-se mediante ações eminentemente práticas, como a pesquisa de campo, já que assim as inferências realizadas adquirem muito mais solidez. A partir desta observação, e também ressaltando a necessidade do aprendizado mútuo entre os diversos tipos de saberes, redigiu-se o presente trabalho, esperando que ele possa cumprir seus objetivos, ressaltando, todavia, as suas limitações, as quais podem, futuramente, ensejar novas reflexões e pesquisas a respeito de tema tão dinâmico, interdisciplinar, e, o mais importante, premente de debates e ações.

1.1 População e Economia Xakriabá na atualidade

O Território Indígena Xakriabá - T.I.X. - constitui a maior reserva indígena do Estado de Minas Gerais. Localizado no município de São João das Missões, norte do Estado, o Território reúne cerca de 7000 indivíduos em 53075 hectares, divididos em duas áreas contíguas. A população ali residente pode ser identificada como pertencente ao grupo das chamadas populações tradicionais¹ do Brasil e possui várias características que justificam o interesse pelo seu estudo e a relevância deste: desde a identidade étnica e o predomínio da “moral” e da família como centro da organização e dos valores sociais a um atual quadro de intervenção estatal e não-estatal e de organização social e política em busca de melhorias econômicas.

Após uma longa história de exclusão, e, mais recentemente, de diversos conflitos no que se refere à questão fundiária, a população Xakriabá veio, nas últimas décadas, se reorganizando e conseguindo conquistas importantes. A constituição da Reserva Indígena ocorreu em duas etapas: a primeira, acima mencionada, e, a segunda, referente à porção da Rancharia, demarcada em 1999 e homologada em 2001. A área total da Reserva, entretanto, corresponde a cerca de apenas 1/3 da área original. A municipalização de São João das Missões, até então distrito de Itacarambi, ocorreu em 1997. Grande parte do território do município encontra-se dentro das terras indígenas (SANTOS, 1997). O município apresenta condições socioeconômicas extremamente precárias. De acordo com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a cidade apresentava, em 2000, a segunda menor renda *per capita* municipal de Minas Gerais, R\$ 55,63. O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDH-M) era de 0,595, 14º mais baixo do estado.

¹ Segundo Little (2002), os grupos indígenas constituem, juntamente com as populações remanescentes de quilombos, as comunidades de caboclos, pantaneiros e pescadores artesanais, entre outros, as chamadas “populações tradicionais” do Brasil. Essas populações têm como característica marcante sua relação com o território que ocupam. Dois grandes elementos caracterizam essa ‘territorialidade’: o regime de propriedade comum da terra e o sentido de pertencimento a um lugar específico, ligado à profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva.

A pobreza expressa pelos indicadores relativos ao município de São João das Missões é em grande parte concentrada na área da reserva. As dificuldades socioeconômicas enfrentadas pela população podem ser expressas pela menção da escassez de água e dos problemas na produção de gêneros básicos. Uma característica peculiar em relação à utilização da área é o fato de a terra ser coletiva, mas seu uso ocorrer principalmente de forma familiar. A produtividade relativa à agricultura familiar é extremamente baixa. Nos últimos anos, a economia Xakriabá vem passando por um crescente processo de necessidade de compras externas e de conseqüente monetização:

Das atividades econômicas rurais provinha praticamente tudo de que os Xakriabá precisavam, alguns poucos produtos sendo adquiridos no comércio regional. No entanto, a redução das áreas férteis e o forte crescimento populacional vivenciado nas últimas décadas fizeram com que a produção deixasse de ser suficiente para abastecer a população. Soma-se a essas causas o sistema de tutela da FUNAI, marcado pelo assistencialismo e gerador, em última instância, de uma precarização da organização social-produtiva na Área (DINIZ, MAGALHÃES, MONTE-MÓR, 2006, p. 7)

O abastecimento via mercados externos à área indígena é observado com frequência, e ocorre até mesmo com gêneros que são produzidos por algumas famílias e que propiciariam, assim, uma comercialização interna em potencial². A possibilidade de atendimento de demandas internas, como a da merenda escolar, pela pequena produção agropecuária e extrativa da própria Reserva, tem encontrado dificuldades diversas, desde obstáculos burocráticos até o transporte dos produtos. Mais recentemente, esse problema vem sendo em parte revertido através da intermediação da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento)³. Ultimamente, a distribuição de polpa de frutas do cerrado, comercializadas externamente, passou a ser vinculada à Cooperativa Agroextrativista do Grande Sertão, em Montes Claros (FUNDEP, 2006).

Diante da insuficiência apresentada pela economia interna para suprir as necessidades monetárias da população, muitos procuram emprego em outras localidades. O trabalho temporário dos homens no corte de cana em outros estados, como São Paulo e Mato Grosso do Sul, tem sido muito comum. Além de significar o afastamento dessas pessoas de suas casas num período que dura até nove meses por ano, essa atividade provoca ainda problemas de saúde para os trabalhadores (DINIZ, MAGALHÃES e MONTE-MÓR, 2006, p.7).

A economia Xakriabá é em grande parte voltada à atividade pecuária. De acordo com Emanuel Custódio Fraga, secretário municipal de Agricultura, cerca de 95% da verba oriunda do PRONAF B⁴ é destinada à criação de gado bovino. Existem também problemas ambientais, relacionados a diversos fatores, como a própria criação de gado. A Reserva Indígena está localizada numa área de transição entre as vegetações do cerrado e da caatinga, região de aridez característica.

A partir da década de 1990, surgiram nove associações indígenas, cujos objetivos eram relacionados a melhorias no âmbito produtivo e ao resgate de aspectos culturais. Embora essas associações venham tendo grandes dificuldades operacionais para executar projetos, tais como aquelas relacionadas ao pagamento de impostos, o seu

² Diniz, Magalhães e Monte-Mór (2006) mostram que cinco dos dez produtos agrícolas de maior consumo na Reserva Xakriabá são comprados por mais de 50% dos consumidores e que tal compra, na maior parte dos casos, não é fornecida por produtores locais.

³ Este assunto será melhor discutido na sessão 3.

⁴ O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) B é uma linha de microcrédito fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário destinada ao combate à pobreza rural. Para maiores informações sobre o PRONAF B na Reserva, vide o capítulo 3.

surgimento, por si só, já constitui um aspecto positivo no que diz respeito à mobilização da população. Nesse sentido, cabe também acrescentar uma recente conquista no âmbito político: o prefeito eleito em 2002 é um Xakriabá. Certamente, esse fator pode impulsionar um ambiente mais adequado para proporcionar melhores benefícios sócio-econômicos à população.

O surgimento das Associações exemplifica o afloramento de acontecimentos diversos ocorridos na Área mais recentemente. De fato, nos últimos anos, entidades, tais como a UFMG, a UFSJ e o CEFET de Januária vêm desenvolvendo diversas atividades em parceria com a comunidade Xakriabá⁵.

As atividades econômicas aqui analisadas, assim como a proposição de ações futuras, podem ser entendidas na perspectiva da promoção de melhorias socioeconômicas a partir da ótica do *etnodesenvolvimento*⁶, termo este que aqui deve ser entendido como um caminho através do qual a esfera econômica se desenvolve sem, contudo, comandar as demais esferas da vida social; assim, preservam-se os valores culturais tradicionais. Em outros termos, o etnodesenvolvimento é “algo que trata da autonomia dos índios, da valorização de seus saberes tradicionais e do respeito às formas escolhidas por eles para construir seus projetos de futuro(...)” (BARROSO-HOFFMANN e SOUZA LIMA, p. 20).

Nesse sentido, o etnodesenvolvimento pode se afirmar como alternativa emergente à política tutelar⁷, a qual, embora já tenha sido extinta oficialmente, ainda encontra resquícios tácitos em diversas ações governamentais (idem, p.17). Se partirmos do pressuposto de que o conceito de etnodesenvolvimento tem como principal pilar a autonomia sustentada dos povos indígenas, acredita-se aqui que, para que esta se concretize, são necessários primordialmente dois tipos de ações: o primeiro consiste nas formas de organização das populações indígenas, as quais expressam precisamente a colocação em prática da autonomia; o segundo tipo de ação são as políticas públicas que auxiliem na promoção do etnodesenvolvimento. Diferentemente de se pensar o papel estatal como de tutela, trata-se, ao contrário, de conceber as políticas públicas indigenistas como um importante passo para o fomento de condições que possibilitem a efetivação das práticas etnodesenvolvimentistas.

2 Proposições metodológicas- por um diálogo entre a Economia e a Antropologia

As questões colocadas neste trabalho apresentam relação direta com uma problemática de pesquisa que, ao nosso ver, é extremamente relevante, qual seja, a de possibilidades de interface entre a *Economia* e a *Antropologia*. Num primeiro plano, pode-se dizer que tal relação realiza-se automaticamente, uma vez que a Economia é uma das dimensões da vida social, e que uma possível definição da Antropologia é a de

⁵ Voltaremos a esse tema na seção 3, quando são apresentados os movimentos recentes na área fomentados pela criação das Associações Xakriabá.

⁶ Conquanto uma discussão mais profunda do conceito de etnodesenvolvimento seja extremamente pertinente, ela foge aos limites deste trabalho. Deve-se, no entanto, ressaltar a necessidade de que o termo seja entendido através da definição específica aqui apresentada. Para maiores informações, inclusive no que concerne a críticas a algumas práticas etnodesenvolvimentistas, ver Verдум (2006). Nas considerações finais do presente trabalho são feitas algumas observações sobre o tema.

⁷ Esse aspecto pode também suscitar profundo debate, quando contrapostas experiências de tutela a algumas experiências consideradas etnodesenvolvimentistas, mas que, na prática, acabam desvirtuando-se por fugirem aos princípios aqui definidos. É indispensável ressaltar que o que ora se afirma é a existência de diferenças marcantes entre a política tutelar e as políticas etnodesenvolvimentistas defendidas de acordo com o conceito do termo aqui utilizado (Vide novamente a nota de nº 7).

“Ciência do humano”. Como consequência direta, é possível inferir que a dimensão econômica encontra-se inscrita na problemática antropológica. Num segundo plano, este referente ao saber acadêmico, podemos dizer que, embora uma maior interação dos dois saberes seja extremamente benéfica, esta é raramente realizada. O que se procura fazer aqui é realizar tal interação, tendo em vista o exemplo concreto da população Xakriabá e de sua economia. Os benefícios de tal interação são enormes: no que se refere ao âmbito estritamente acadêmico, a interdisciplinaridade aqui proposta possibilita um enriquecimento sinérgico de conhecimento para ambas as áreas. Em relação aos ganhos potencialmente adquiridos no plano prático, podemos dizer que questões cruciais à vida da população Xakriabá e ao entendimento da mesma pela ótica de pesquisadores são observadas com muito mais cuidado quando se busca a troca de conhecimento entre áreas diversas.

Neste âmbito, busca-se aqui demonstrar a necessidade de, em estudos desse tipo, conjugar indicadores objetivos (mas sempre tendo em vista a dimensão subjetiva que os caracteriza) à dimensão antropológica (que aqui se entenda como a dimensão da percepção da população Xakriabá). Como a Antropologia pode ser também definida como o campo de conhecimento que busca elaborar um discurso científico a respeito da *alteridade*, a dimensão antropológica aqui mencionada deve compreender, entre outros fatores, a percepção da população Xakriabá de sua realidade, que inclui a dimensão econômica.

A idéia de etnodesenvolvimento aqui apresentada constitui um excelente exemplo da interação entre os dois campos de saber. Trata-se de um referencial que, por definição, conjuga objetos de estudos de ambas as áreas: a preservação de esferas tradicionais da identidade Xakriabá se relaciona diretamente ao campo da Antropologia, ao passo que as melhorias no campo material que se busca com este referencial constituem objeto de reflexão da Economia.

Além disso, a idéia de etnodesenvolvimento é um conceito exemplar para se entender que, ao contrário do que se observa muitas vezes em ações práticas e em atitudes acadêmicas, os campos de estudo aqui mencionados se aproximam e a linha que os separa é, *em tese*, muito mais tênue do que se costuma imaginar. Para ilustrar tal afirmação, basta citar que, como afirmam Clementino e Monte-Mór (2006), a idéia de se buscar alternativas de produção partiu da própria população Xakriabá, que encomendou um diagnóstico socioeconômico em busca de tais alternativas. Ora, esse fator é um exemplo no campo prático de como as duas esferas podem interagir no âmbito extra-acadêmico. Entenda-se que aqui assumimos que tal interação só pode ocorrer tendo como premissa que a população em questão seja não mero objeto, mas sim, sujeito atuante em todas as esferas que lhe dizem respeito, o que implica que quaisquer sugestões de iniciativas referentes a melhorias socioeconômicas, políticas públicas e outras sejam necessariamente debatidas com a população e reelaboradas a partir deste diálogo.

À questão apontada anteriormente se relaciona diretamente a problemática que agora iremos apresentar. Trata-se de expor a necessidade de conjugar, tanto para elaboração de diagnósticos socioeconômicos como para a sugestão de encadeamentos de políticas públicas, dois tipos de metodologias: uma que podemos denominar análise objetiva-quantitativa à que chamamos de análise subjetiva-qualitativa. A primeira diz respeito a metodologias mais utilizadas pela Economia, ao passo que a segunda se refere a exercícios via de regra de mais escopo na Antropologia, como os de caráter etnográfico.

Como afirmam Clementino e Monte-Mór (2006), a economia tradicional e mesmo a economia política não são referenciais ideais para estudo de populações como

a Xakriabá. A economia *mainstream* ou tradicional, centrada no estudo da formação de preços no mercado e baseada em escolhas racionais maximizadoras do lucro ou benefício, apresenta grandes limitações para tratar das questões apresentadas (GOMES e MONTE-MÓR, 2006). Mesmo a economia política se apresenta inadequada a esse contexto, na medida em que se apóia em categorias da economia capitalista, como trabalho assalariado, lucro, propriedade privada, renda da terra, ganhos tecnológicos, economias de escala e de escopo, entre outras (CLEMENTINO e MONTE-MÓR, 2006, p. 9).

Tendo em vista as proposições metodológicas aqui sugeridas, e considerando que para se atingi-las é importante a utilização de alguns referenciais teóricos tanto no campo da Economia como no da Antropologia, buscamos, nas próximas sessões, refletir sobre algumas proposições de autores e correntes teóricas que poderíamos considerar mais aconselháveis para o entendimento da realidade Xakriabá.

2.1 A especificidade da inserção socioeconômica da população Xakriabá e a utilização dos conceitos tradicionais de pobreza

Como já mencionado, a Reserva Indígena Xakriabá apresenta baixos indicadores socioeconômicos, como renda *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano. A fim de se aprofundar o entendimento do fenômeno da pobreza no Território Xakriabá procuramos, abaixo, refletir a respeito de algumas abordagens teóricas que poderiam ser referenciais úteis para tal propósito.

O economista indiano Amartya Sen inova ao abordar a pobreza levando em conta dimensões que extrapolam o fator exclusivamente monetário. Sen (2000) propõe uma abordagem que entenda a pobreza como *privação de capacidades básicas*. A renda seria um dos meios necessários para que as capacidades necessárias à vida fossem atingidas, mas não se pode perder de vista que “a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre as comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional)” (SEN, 2000, p. 110).

O autor apresenta, assim, uma visão mais *qualitativa* da pobreza:

As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza. (SEN, 2000, p. 114)

Podemos dizer que as idéias de Sen referentes à abordagem das capacidades possuem alguns *insights* antropológicos, já que o autor subordina a dimensão monetária a um entendimento mais profundo do fenômeno da pobreza, e, neste, leva em conta fatores raramente percebidos pelos economistas, como diferenças entre comunidades. É também digno de nota que foi a partir das idéias de Sen que se criou o Índice de Desenvolvimento Humano, o qual é um indicador multidimensional e, por isso, capta mais dimensões que a renda *per capita*, esta, um índice unidimensional.

Uma outra visão da pobreza é aquela fornecida pelo antropólogo norte-americano Marshall Sahlins (2004). Sahlins entende a pobreza como um fenômeno de ordem exclusivamente relativa, e, por isso, ele teria sido inventado pela “civilização”:

Os povos mais primitivos do mundo têm poucas posses, *mas não são pobres*. A pobreza não consiste em uma determinada quantidade reduzida de bens, nem é apenas uma relação entre meios e fins; acima de tudo, é uma relação entre pessoas. A pobreza é um *status* social. Como tal, é uma invenção da civilização. Cresceu com a civilização,

imediatamente como uma distinção odiosa entre as classes(...) (SAHLINS, 2004, p. 146)⁸

Seria tarefa extremamente difícil desvendar se o conceito de pobreza proposto por Sahlins poderia se aplicar à realidade Xakriabá em momentos mais longínquos de sua história. Hoje, dada a crescente articulação da população com o entorno, ou seja, com uma economia capitalista, podemos aventar a possibilidade de que não seria errôneo utilizar, **em parte**, conceitos referentes à dimensão monetária para se analisar a realidade socioeconômica Xakriabá. Certamente, deveriam ser também utilizados referenciais antropológicos para se buscar uma aproximação teórica e instrumental mais condizente com a realidade, inclusive para fins de políticas públicas.

Destarte, eleger um conceito de pobreza para ser utilizado em comunidades como a Xakriabá não é, de forma alguma, tarefa fácil. No entanto, acreditamos ser possível refletir a respeito da possibilidade de se utilizar diversos referenciais teóricos, como os de Sen e de Sahlins, sempre com a percepção de que cautela e sensibilidade são extremamente bem-vindas em estudos desse tipo.

Assim, o que aqui se coloca é a problematização de diversas questões, entre as quais: Quais seriam os conceitos de pobreza mais aplicáveis à realidade das populações tradicionais em geral e especificamente da população Xakriabá? A transição econômica pela qual a população vem passando nas últimas décadas permitiria, como aventado aqui, uma abordagem transitiva também em relação ao aspecto conceitual, isto é, a aplicação de conceitos diversos relativos a matrizes sociais também diversas, cada uma delas com características semelhantes às da sociedade Xakriabá? Como ocorreria uma adequação correta de tal (is) conceitos à temática etnodesenvolvimentista?

2.2 A Economia Popular e Solidária como referencial aproximativo

Reiterando o pressuposto de que a utilização de conceitos estritamente relacionados à economia capitalista seria inadequada para se abordar a realidade dos Xakriabá, já que esta possui características próprias bastantes diferentes das economias capitalistas, devemos buscar outros referenciais no campo da Economia. Na tentativa de compreender as possibilidades de desenvolvimento do Território, dadas as peculiaridades deste, apresentamos, a seguir, a idéia de economia popular de base solidária.

Em seus estudos sobre “economia urbana”, Coraggio (1994, 1996) define uma economia de caráter popular que seria uma das pontas do tripé da economia contemporânea; as outras pontas seriam a economia empresarial mundial, centrada na maximização do lucro e na acumulação capitalista, e a economia pública, que tende a “combinar o modelo empresarial com um modelo político-burocrático de gestão voltado para a reprodução do poder e a manutenção do *status quo*” (CORAGGIO, 1994, p. 61, “tradução nossa”).

A economia popular consistiria em formas de organização da produção, formais ou informais, conseqüentes dos novos padrões de competição internacional. Representaria uma das faces da reconfiguração dos mercados de trabalho em resposta à imposição de reduções nos custos de produção gerada por esses padrões. Essas novas

⁸ Não se trata de tomar a citação acima como verdade absoluta, mas sim de perceber que a passagem citada ilustra bem a necessidade de olharmos mais a fundo os conceitos que nós, economistas, muitas vezes tomamos como “verdades universais”.

formas de produção, inseridas no contexto da acumulação capitalista mundial, estariam descoladas de seu contexto sócio-espacial imediato:

Assim, artesãos, pequenos fazendeiros e prestadores de serviços diversos, em níveis e esferas distintas, têm participado do *circuito superior* através de empregos temporários e/ou parciais ou da integração de suas próprias atividades (...) como extensões e/ou complementações de uma economia (pós) industrial global que busca mercados diversificados e contínua redução de custos (MONTE-MÓR, 2006, p.2).

A economia popular estaria “centrada no fundo de trabalho, integrando ações políticas e econômicas e criando formas de articulação, de baixo para cima, do poder sociopolítico à dimensão econômica, capazes de contrabalançar e negociar com o poder exercido pela economia empresarial capitalista mundial” (MONTE-MÓR, 2006, p. 5). Consistiria, assim, em uma alternativa à exclusão crescente promovida pelo capitalismo contemporâneo, e seria marcada por objetivos distintos da acumulação capitalista e da própria economia do setor público, estando articulada em torno de relações sociais predominantemente não-capitalistas.

A unidade básica da economia popular é a unidade doméstica, que pode ser conduzida a nível unipessoal, familiar, comunitário, associativo e/ou cooperativo, além de grupos étnicos, religiosos, organizações não-governamentais, profissionais liberais, entre outros, que lançam mão de seu fundo de trabalho (capacidades de trabalho de seus membros potencializadas pelos meios de trabalho disponibilizados) para garantir melhores níveis de “reprodução ampliada” da vida (MONTE-MÓR, 2006).

Uma característica importante da economia popular, que a diferencia da capitalista, é a não-divisão entre meios de trabalho e meios de vida, ou seja, os meios de trabalho disponibilizados podem ser aqueles utilizados pelas unidades domésticas para sua reprodução diária; em outras palavras, produção e reprodução se confundem em busca da reprodução da vida, e não do capital, como ocorre no capitalismo.

Ao se comprometer com a reprodução ampliada da vida, a economia popular, conforme proposta por Coraggio, vai além da busca da competição e da acumulação internacionais e tem como eixos centrais a educação e a conscientização para a construção do desenvolvimento sócio-econômico (CORAGGIO, 1994). De fato, como demonstram Santos e Rodríguez, o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores, sendo “contra a idéia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não-econômicos – sociais, políticos, culturais e naturais –, o desenvolvimento alternativo” (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p. 46). Além disso, o potencial emancipatório e as perspectivas de êxito de uma organização da produção alternativa ao sistema capitalista dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos.

Ainda que a produção seja uma parte essencial das iniciativas porque providencia o incentivo econômico para a participação dos atores, a decisão de empreender um projeto alternativo e a vontade diária de o manter dependem igualmente das dinâmicas não-econômicas – culturais, sociais, afetivas, políticas, etc. – associadas à atividade de produção (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002, p. 64).

Entretanto, o sentido solidário, marcado por formas coletivas, associativas e/ou cooperativas de organização da produção e do consumo⁹, não está necessariamente presente nessa forma popular. Segundo Gomes e Monte-Mór (2006, p. 20)

O conceito de economia solidária, como desenvolvido por Singer (2002a, 2002b) pode ser compreendido como um subconjunto do conceito de economia popular, visto que determinadas formas de produção populares podem ter caráter não-solidário. O sentido da solidariedade é culturalmente construído a partir de cimentos sociais e morais no interior das unidades domésticas, as quais podem ser pensadas a partir de relações familiares, sociais, políticas, religiosas, entre outras, sempre implicando coesão social e sentido da reprodução ampliada coletiva.

As atuais condições de fragilidade da produção e comercialização internas ao Território Xakriabá e a conseqüente necessidade de renda monetária para suprir as demandas da população evidenciam a importância de melhorias econômicas com vistas a promover melhor qualidade de vida. Esse avanço deve compreender, de um lado, uma melhora das condições de produção e do sistema de trocas interno à Reserva e, de outro, uma melhor articulação com o entorno.

Outra característica desejável desse desenvolvimento socioeconômico é que, como já referido, ele leve em conta as especificidades da população local, evitando que sua esfera cultural e ecológica perca sua predominância sobre as relações de mercado.

No caso específico dos Xakriabá, a propriedade coletiva da terra e a organização das relações sociopolíticas, feita parcialmente em torno da base familiar/coletiva na qual as relações de reciprocidade são predominantes, podem consistir no “cimento social e moral” capaz de construir a dimensão solidária da economia popular. Dessa forma, a organização da produção Xakriabá poderia ser erguida sobre as bases de uma economia popular e solidária, combinando integração sócio-cultural e sustentabilidade econômico-ecológica¹⁰.

Sendo assim, acredita-se que o conceito de economia popular possa constituir um dos marcos teóricos a ser utilizado para a compreensão das necessidades do Território Xakriabá, constituindo referencial para novas formas de produção e de trabalho que se constituam na região em busca de uma melhora das condições de produção e de vida. A organização em torno de uma economia popular poderia ocorrer em vários níveis de unidades domésticas: o nível familiar seria o mais comum, dado o histórico de produção do Território em torno da família nuclear, como descrito no capítulo anterior. Além disso, a produção pode ocorrer em torno da família estendida (grupos de famílias ou gerações reunidos em torno de uma família) ou de grupos maiores, como associações de produtores, associações de grupos de aldeias e até mesmo toda a comunidade.

⁹ Do ponto de vista sócio-político, os Xakriabá hoje se organizam em três ‘camadas’ que se superpõem e interagem entre si: uma organização de base coletiva, onde cacique(s) e lideranças por aldeias e/ou grupos de aldeias tomam decisões consensuais segundo os processos mais tradicionais da comunidade; a organização da ‘sociedade civil’, estruturada sob a forma de associações comunitárias (de aldeias e grupos de aldeias); e a organização política, ligada ao processo eleitoral e à gestão municipal, envolvendo o prefeito municipal - índio Xakriabá -, cinco vereadores Xakriabá, vários secretários municipais e funcionários da prefeitura municipal de São João das Missões. Sobre a interação entre essas esferas, ver Diniz, Magalhães e Monte-Mór (2006) e Gomes e Monte-Mór (2006).

¹⁰ A preocupação com a dimensão ambiental está intimamente ligada às questões de reprodução próprias da economia popular, visto que coloca em discussão a questão da reprodução humana em escala planetária (MONTE-MÓR, 2006).

A organização em torno de uma economia popular deve privilegiar, ainda, a articulação com outros mercados e produtores em redes, privilegiando a troca de informações intra e intersistema de economia popular (MONTE-MÓR, 2006, p.16). Conforme Santos e Rodríguez (2002, p.53), “no campo da produção, a fragilidade das alternativas existentes torna necessária a articulação destas entre si – em condições que devem ser negociadas para evitar a cooptação e o desaparecimento das alternativas -, com o Estado e com o setor capitalista da economia”.

3 Políticas Públicas e formas de organização da comunidade

Reiterando que qualquer idéia de melhora só será possível a partir da participação ativa da população, descrevemos e analisamos, abaixo, algumas formas de organização da população, assim como algumas políticas públicas que estimulem melhorias sempre tendo em vista tal aspecto.

3.1 As associações Xakriabá

Balizando-nos nas informações prestadas por Santos (1997) podemos dizer que a importância das formas de organização da comunidade Xakriabá pode ser encontrada em passado remoto, por exemplo, nas diversas viagens empreendidas em grupo para obter respaldo e proteção sobre a terra. De acordo com a autora, é primordial entender a importância da unicidade da terra para a união do grupo: “De certa forma, é a unidade da terra-teoricamente jamais objeto de venda- que dá unidade ao grupo, e ela se sobreporia até mesmo à demarcação realizada pela FUNAI(....)”(SANTOS, 1997, p. 58).

Ainda segundo Ana Flávia Santos, a união do grupo para o trabalho em mutirões denotaria a articulação na luta pela terra:

É através da união que o trabalho coletivo na roça transforma-se em instrumento político da luta; é também através da união, por outro lado, que o trabalho coletivo e o comunitarismo- percebidos por alguns como elementos da tutela e do cativo- passam a expressar uma outra forma de ser ‘verdadeiramente’ indígena, na medida em que os localiza em uma determinada esfera da vida e de ação: a ação política, nitidamente distinta do trabalho cotidiano, familiar. O modo como eram organizados os mutirões, trabalho coletivo dentro do qual se continua demarcando o direito de cada um através da medida do investimento individual do trabalho, fornece uma idéia de como se articulariam, na luta, a comunhão dos direitos- dada pela união- e a consciência do direito individual, que se transforma, também em um índice de participação de cada um na luta (SANTOS, opus. cit. p. 246).

Nas últimas décadas, observou-se, no território Xakriabá, a efervescência de diversos movimentos que buscam resgatar a identidade da tribo e lutar por melhorias em diversos campos. Dentre estes movimentos, podemos destacar o papel das nove Associações Indígenas, surgidas a partir da década de 90. A preocupação das Associações em buscar melhorias para o âmbito produtivo pode ser mencionada a partir da procura da Associação Indígena Xakriabá por um diagnóstico que constataste as principais características da economia local, no intuito de suprir suas carências.¹¹

¹¹ Foi a partir daí que desenvolveu-se a pesquisa “Conhecendo a Economia Xakriabá”, realizada pela FaE nos anos de 2004 e 2005.

As nove associações Xakriabá são: Associação Indígena Xakriabá, Associação Indígena Santa Cruz/São Domingos, Associação Indígena Barreiro Preto, Organização dos Grupos de Roça, Associação Indígena Sumaré-Peruaçu, Associação Indígena da Aldeia Prata, Associação Indígena da Aldeia Tenda, Associação Indígena Aldeia Riacho dos Buritis e Organização da Educação Indígena Xakriabá.

A primeira associação a surgir foi a Associação Indígena Xakriabá, (AIX), na aldeia Brejo do Mata-Fome. Os primeiros projetos executados por ela referiam-se à construção, reforma e eletrificação de casas. Desde o início, a execução de projetos por parte das associações defrontou-se com obstáculos operacionais, relacionados, inicialmente, à falta de apoio na execução dos mesmos. Hoje, tais obstáculos são, principalmente, conectados a questões burocráticas. Nos últimos anos este problema parece haver sido em parte minimizado graças ao suporte fornecido pela prefeitura às associações, mormente no que diz respeito à questão dos impostos, da prestação de contas, de licitações, etc.

Quando do seu surgimento, as associações foram vistas com reservas por diversas entidades preocupadas com a possibilidade de que elas representassem a transferência de encargos de responsabilidade governamental para a própria população. Essa questão nos leva a refletir mais diretamente sobre um tema central a este trabalho, qual seja, o papel das formas de organização e das políticas públicas para a promoção de melhorias para a população Xakriabá. Dada a já citada importância identitária e organizacional das associações, somos levados a concluir que as associações Xakriabá devem ter a sua devida importância reconhecida, sempre, no entanto, com a preocupação de que as políticas públicas de suporte e incentivo a elas sejam sempre devidamente formuladas e executadas.

Em meados de 2006, no âmbito da diversidade e grande número de projetos existentes nas associações, criou-se a Central das Associações Xakriabá. De acordo com texto escrito por Jeuzani P. Santana, aluna do curso de Formação Intercultural de Professores Indígenas, o objetivo da Central das Associações é:

Ser um espaço de articulação e valorização do nosso povo Xakriabá, através da potencialização e promoção de nossas associações, visando a construção e implementação de políticas públicas que garantem o acesso a recursos de diversos organismos na implementação de projetos de auto-sustentação e organização que venham dar melhor qualidade de vida para nosso povo (SANTANA, 2006).

A reunião de diversas associações para a execução de um projeto comum será provavelmente facilitada a partir da Central das Associações. Em relação aos projetos comuns, podemos citar, conforme informação prestada por Hilário, liderança da Associação do Barreiro Preto, a união das nove associações para enviar um projeto para o PCPR (Programa de Combate à Pobreza Rural).

Outra iniciativa interessante é a criação da COOPERMIS, Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de São João das Missões, estimulada pela Secretaria Municipal de Agricultura, e que vem sendo concluída. De acordo com informação de Emanuel Custódio Fraga, Secretário de Agricultura do município de São João das Missões, 70% da diretoria da cooperativa é composta por Xakriabás. A cooperativa pretende ser diversificada, atuando tanto no ramo da produção como no do consumo. Algumas das vantagens da Coopermis apontadas pelo secretário seriam a facilitação da compra de sementes, a priorização concedida por muitas entidades, como a PETROBRAS, em negociar com cooperativas, quando, por exemplo, da discussão da produção de biodiesel com pinhão-mansão, além da facilitação do escoamento da

produção para os índios, já que, através da cooperativa, não é necessário que eles tenham o cartão de produtor rural. O fato de muitos beneficiários do PRONAF estarem dentro da cooperativa também facilita a sua atuação, já que ela passa a ter acesso a mais vantagens. Algumas das atividades econômicas apontadas pelo secretário que poderiam auxiliar na diversificação da cooperativa são: a produção de laticínios via o PCPR (Programa de Combate à Pobreza Rural), a produção de frutos do cerrado, e a produção de açúcar utilizando-se a cana-de-açúcar da própria Reserva.

A produção de frutos do cerrado também constitui um dos principais projetos da Associação Indígena Xakriabá (do Brejo do Mata-Fome), que vem realizando uma parceria com a Cooperativa Grande Sertão, de Montes Claros. A Associação entrega os frutos na Cooperativa, que realiza a venda da polpa dos frutos. De acordo com o secretário de Agricultura, existe a preocupação com a exploração racional dos frutos, cuja utilização na Reserva seria de grande potencial.

Durante a realização das entrevistas na pesquisa de campo, lideranças como o cacique Domingos, Hilário e Zeza (1ª Secretária da Associação Indígena Barreiro Preto e Diretora de uma das Escolas Indígenas Xakriabá), pôde-se constatar que elas consideram que a instalação de uma cooperativa poderia trazer vantagens para os produtores Xakriabá. Hilário destacou a necessidade de haver mais conversas a respeito do assunto, para que a idéia possa amadurecer. Já o Cacique Domingos salientou a precisão de que a direção da cooperativa tenha interesse em propiciar benefícios para os produtores.

3.2 Políticas Públicas e possibilidades de avaliação

O órgão mais comumente associado à política indigenista no Brasil, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), foi criado em 1967, em substituição ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1918 a partir de subdivisão do antigo Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). As políticas de tutela de tais órgãos são, hoje, criticadas por diversos estudiosos. Ricardo Verdum (2006) sintetiza os problemas apresentados pelas políticas de tais órgãos na passagem que se segue:

A contradição entre “pacificação e “proteção” acompanhou praticamente toda a trajetória histórica do SPI, estendendo-se por pelo menos os primeiros vinte anos de existência da agência que o substituiria, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (VERDUM, 2006, p. 30)

Ao analisar a história da política indigenista no Brasil, Antonio Brand (2002) considera a Constituição de 1988 um marco para a revivificação dos direitos dos povos indígenas:

Até recentemente, a única alternativa de futuro admitida era a integração ou a diluição dos povos indígenas como etnias distintas. A partir da década de 1970, todavia, como resultado da quebra do silêncio histórico imposto aos povos indígenas desde o período colonial, surgiram diversas iniciativas de afirmação da sua autonomia cultural (...) Essa irrupção histórica dos povos indígenas após tantos anos de silêncio encontrou eco na redação da Constituição Federal de 1988. (BRAND, 2002, p. 31-32)

Ricardo Verdum também salienta a importância do texto constitucional como expressão da organização dos indígenas:

No Brasil, o reconhecimento formal do direito à organização e à representação própria dos indígenas, expresso na Constituição de 1988, representou o impulso definitivo para o processo de auto-organização dessas sociedades, o surgimento e a multiplicação de entidades indígenas e sua articulação em redes e movimentos de abrangência regional, nacional e internacional. (VERDUM, 2002, p. 89).

O objetivo desta subseção é descrever algumas políticas públicas implementadas mais recentemente no Território Xakriabá, avaliando seus pontos positivos e também as suas lacunas, possibilitando, dessa forma, a proposição de mudanças que visem preenchê-las, assim como melhorar a sua metodologia de avaliação.

De acordo com o Secretário Municipal de Agricultura, o PRONAF B¹² atende aos pequenos agricultores da Reserva fornecendo-lhes empréstimos que podem ser amortizados em até dois anos. Desde janeiro de 2005, foram destinados R\$ 1 600 000,00 à Reserva, repassados pela Prefeitura. Cerca de 95% da verba do PRONAF B na Reserva é destinada para o rebanho bovino. O Secretário mencionou a necessidade de maior diversificação produtiva, apontando, como principais vantagens, o auxílio na diversificação da merenda escolar e a minimização dos impactos ambientais trazidos pelo gado. Cada produtor pode vender até que se atinja um limite no valor estabelecido pela CONAB.

Um dos problemas crônicos da economia Xakriabá, qual seja, a necessidade constante de compras externas, foi em parte minimizado através da implantação, desde janeiro de 2005, do sistema de intermediação da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Este órgão compra produtos locais que são repassados pela prefeitura às escolas. Entre os produtos já incluídos em tal sistema, encontram-se feijão, ovos, batata-doce, milho, farinha, frutas, verduras, carne bovina, carne suína e peixe. Além de possibilitar um aumento da renda dos produtores que conseguem vender seus produtos à CONAB, tal sistema permite que os alunos tenham acesso à uma alimentação mais saudável, e também significa um incremento dos recursos destinados à merenda escolar, uma vez que a verba repassada pela Secretaria Estadual de Educação se manteve. Outra vantagem propiciada pelo sistema, apontada pelo secretário municipal de Agricultura, é o fato de que a renda gerada através dele pôde auxiliar na amortização dos empréstimos do PRONAF B. Com a implementação do programa, o município de São João das Missões chegou a atingir o menor índice de inadimplência de toda a jurisdição de Montes Claros e, na Reserva, não houve inadimplência.

Na visão de Hilário, da Associação do Barreiro Preto, o sistema trouxe melhoras tanto para as escolas como para os produtores, já que eles próprios estão entregando o produto, não vendendo para atravessadores, mas sim na própria localidade. Uma outra vantagem trazida pelo sistema seria o diferencial do preço pago médio pela CONAB, embora a Companhia demore um pouco para repassar o dinheiro para os produtores, ela oferece valores expressivamente maiores: no caso da arroba do boi, por exemplo, o preço da Companhia Nacional de Abastecimento seria, para o ano de 2006, cerca de R\$ 74,00, muito vantajoso sobre aquele oferecido pelos atravessadores, em torno de R\$ 45,00.

A CONAB desenvolveu a possibilidade de cadastro para pessoas que produzem bolo, biscoito, e produtos do gênero para a merenda escolar. Algumas pessoas chegaram

¹² Até 2002, o PRONAF B era disponível apenas para os agricultores do Nordeste, tendo sua cobertura ampliada nos anos de 2003 e 2004. Ver https://www.planalto.gov.br/consea/exec/noticias_antigas.cfm?cod=4544&ano=2005. Acesso em 14/03/2007.

a realizar o cadastro, mas, até o momento da realização das entrevistas, a CONAB ainda não havia realizado a compra destes produtos.

O Secretário Municipal de Agricultura também afirmou considerar necessário que os índios pudessem ter o cartão do produtor rural, o que auxiliaria na sua inserção em maiores parcerias com órgãos governamentais, uma vez que o cartão é necessário para que o produtor possa emitir nota fiscal. Como os índios não possuem declaração de posse da área, eles não conseguem ter acesso ao cartão, impossibilitando esta que também foi mencionada por Hilário. Emanuel Custódio Fraga também afirmou que a FUNAI já teria sido informada do problema, mas ainda não teria chegado a uma solução. A importância atribuída pelo Secretário à aquisição deste documento é tão significativa que ele relaciona a ausência do mesmo ao baixo Índice de Desenvolvimento Humano do Município de São João das Missões- como o ICMS é cobrado via produção, haveria uma sub-arrecadação deste imposto devido ao fato de a população Xakriabá não possuir o cartão de produtor rural.

A prefeitura também vem promovendo diversos eventos sociais na Reserva como a Festa dos Vaqueiros, que ajuda a arrecadar fundos para a Reserva, divulgar as aldeias e organizar a comunidade. Anualmente ocorre ainda uma confraternização nas escolas. Em um desses eventos, a comemoração do Dia das Crianças, a CONAB auxiliou fornecendo produtos para o lanche.

No contexto da já mencionada necessidade de diversificação produtiva, já existem algumas atividades que tentam promovê-la. A Associação Grupos de Roça, por exemplo, está desenvolvendo atividades de piscicultura, em parceria com o IEF (Instituto Estadual de Florestas) e a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco). Muitos dos diversos projetos existentes na Reserva estão representados no mapa que segue como apêndice no final do trabalho.

Outra importante política pública implementada recentemente na Reserva é o Bolsa Família. De acordo com informação de Freidiany Silva, gestora municipal do Centro de Referência em Assistência Social e Combate à Fome (CRAS)¹³ do município de São João das Missões, existem hoje 649 beneficiários do Programa na Reserva Indígena Xakriabá, com bolsas que variam nos valores de R\$15,00 a R\$ 95,00. Embora o programa tenha sem dúvida um impacto positivo sobre a população, a própria gestora do CRAS ressaltou o fato de o número de beneficiários estar muito aquém do ideal, além de muitos beneficiários não estarem recebendo a bolsa no valor determinado pelo seu nível de carência.

Atividades que vêm sendo cada vez mais frequentes nos últimos anos e que também podem ser consideradas políticas públicas são aquelas desenvolvidas por instituições universitárias como a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e a UFSJ (Universidade Federal de São João Del-Rey).

A atuação da UFMG na Reserva foi, inicialmente, mais voltada para a área de Educação, resultando na criação das Escolas Indígenas, através de parceria entre a universidade, as comunidades indígenas, a Secretaria de Estado da Educação, o IEF e a Funai, em 1995¹⁴. O Curso de Licenciatura Indígena, criado mais recentemente, de caráter interdisciplinar e funcionando na Faculdade de Educação, é uma iniciativa muito interessante, já que possibilita que os professores das escolas indígenas adquiram uma formação mais aprofundada e eminentemente prática, sempre direcionada para a

¹³ O CRAS é o órgão municipal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

¹⁴ De acordo com informação disponível em <http://www.ufmg.br/online/arquivos/000411.shtml>. Acesso em 25/03/2007.

compreensão da sua realidade e as possibilidades de transformação da mesma. Em 2006, dos 142 estudantes do Curso, 110 eram Xakriabá.

Mais recentemente, a UFMG vem atuando na região em muitas outras áreas. O Internato Rural de alunos de cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Odontologia vem sendo realizado na área desde janeiro de 2006, juntamente com atividades relacionadas à promoção da saúde preventiva da população¹⁵.

No âmbito do conceito de *etnodesenvolvimento* colocado na introdução deste trabalho, a Universidade também procura promover melhorias no campo econômico. O Diagnóstico da Economia Xakriabá, realizado a partir de pesquisa efetuada nos anos de 2004 e 2005 pela FaE, vem sendo concluído e poderá, indubitavelmente, ser muito útil na explicitação de características importantes da Economia Xakriabá, e também no apontamento de possíveis idéias que visem solucionar alguns dos problemas sócio-econômicos da população. Uma das informações já apontadas pelo Diagnóstico diz respeito a habilidades dotadas por parte expressiva da população: com a constatação de que muitas pessoas afirmaram serem aptas para fazer medicamentos, além de um grupo também expressivo ter declarado desenvolver peças artesanais, a UFMG, em parceria com a UFSJ, promoveu oficinas de Fitoterapia e de Cerâmica no Território Xakriabá, com o intuito de fomentar tais atividades. Estas podem constituir importantes ferramentas para o desenvolvimento no sentido aqui abordado. A criação da Casa de Cultura e da Casa de Cerâmica, financiadas, respectivamente, pelo Instituto Sindicale Per La Cooperazione Allo Sviluppo, organização italiana, e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, são iniciativas muito importantes para a preservação da cultura local também no contexto etnodesenvolvimentista.

Outra questão que entrou recentemente na pauta de discussões entre a população Xakriabá e a universidade refere-se à problemática das vagas nos cursos superiores para estudantes indígenas. Nos últimos anos, vêm ocorrendo reuniões entre representantes de diversos povos indígenas do estado de Minas Gerais com a reitoria da universidade, para conversar e tomar decisões sobre a questão.

O CEFET de Januária também vem desenvolvendo importantes atividades na Reserva. Através de parceria com o Ministério da Educação, realizar-se-á o PROEJA, (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos). O programa foi criado em junho de 2005 pelo governo federal e é destinado a fornecer educação profissional a jovens e adultos de baixa renda. Na Reserva, o Programa será realizado fornecendo simultaneamente formação agropecuária básica e o Ensino Fundamental para os estudantes.

3.3 Algumas lacunas- ensejo para novas políticas públicas e novas possibilidades de avaliação

Dentre as lacunas mencionadas pelo Secretário, podemos citar a necessidade de ampliação do Programa Leite Pela Vida. O município de São João das Missões recebe 500 litros de leite por dia, e, destes, 300 litros são destinados a Reserva. Dado o perfil demográfico dos Xakriabá, população marcadamente jovem, o secretário mencionou a necessidade de ampliar em mais 300 litros de leite a cota da Reserva. O órgão do governo estadual responsável pela deliberação sobre a distribuição do leite entre os municípios é o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (Idene), definição esta que, sem dúvidas, envolve diversas questões políticas.

¹⁵ Para maiores informações ver <http://www.ufmg.br/online/arquivos/002884.shtml>. Acesso em 25/03/2007.

Outra lacuna que pode ser apontada diz respeito à necessidade de armazenamento da produção. Conforme informação prestada por Hilário, uma das principais lideranças Xakriabá, por vezes a produção em excesso não é escoada em virtude de dificuldades de conservação. Uma parte da mandioca produzida chega a ser desperdiçada. A liderança afirmou que, com a aprovação de um projeto da construção de uma casa de farinha, pela Carteira Indígena, espera-se que, na próxima safra, por volta de junho, já se possa produzir a farinha de mandioca.

A produção de beneficiados pode trazer melhorias econômicas para a população, revertendo uma situação de perda que se caracteriza pela saída de produtos *in natura* da Reserva e pelo seu retorno, a preços altos, em formas beneficiadas, como o fubá. Nas palavras de Hilário:

Quando tem um tempo bom de chuva aqui, dá uma produção muito boa de milho. Saem caminhões e caminhões de milho aqui da região. Então é uma das coisas que pode ir sim mais pra longe. (...) Um produto da região, de boa qualidade, até pensando também no beneficiamento do milho, por exemplo. É tanta coisa que se faz do milho na escola e às vezes a gente vende o milho a preço de banana aí pra fora na época da colheita e na época de comprar esses produtos pra escola é um preço muito alto, né?(...) A gente compra fubá, e às vezes compra milho (...) (Hilário, em entrevista realizada em 04/11/2006).

Uma possível melhoria que poderia advir do sistema da CONAB refere-se à velocidade do pagamento dos produtores. Embora o sistema tenha vantagens diversas já apontadas, uma eventual maior rapidez no pagamento dos produtores traria, sem dúvidas, mais benefícios. Além disso, uma garantia da continuidade da vigência do sistema seria muito bem-vinda, pois muitos produtores ficam receosos de ocorrer uma interrupção no sistema. Mais além, a necessidade crônica de diversificação produtiva da economia Xakriabá poderia ser satisfeita com o auxílio de tal garantia.

Conforme sugestão do Secretário de Agricultura, poderia haver um diagnóstico para detectar potenciais de cada aldeia em áreas como Educação, Saúde e Agricultura. Dessa forma, as especificidades de cada aldeia poderiam ser melhor compreendidas, o que permitiria inclusive facilitar o trabalho da Central das Associações.

Em relação ao Programa Bolsa Família, deve-se mencionar, como já afirmado, que existem lacunas de cobertura e de valor do benefício a serem preenchidas. Desta maneira, sugere-se a ampliação da cobertura e à adequação dos benefícios às necessidades dos que o recebem, simultaneamente à realização de políticas que busquem o etnodesenvolvimento da população da maneira aqui proposta.

O papel das políticas públicas, sejam elas da esfera federal, estadual ou municipal, é essencial para a consecução de melhorias sócio-econômicas na Reserva. Longe de se pensar em políticas paliativas ou exclusivamente assistencialistas que carreguem a não-desejada herança tutelar, trata-se, diversamente, de buscar alternativas que propiciem a construção de avanços coletivos, em parceria entre as organizações Xakriabá e o poder público. Desta forma, embora se tenha observado, como descrito acima, diversas políticas que podem auxiliar no etnodesenvolvimento, vale dizer também que tais políticas seriam mais eficazes caso estivessem inseridas em um contexto de escolhas macroeconômicas mais benéficas à população.

Em relação à atuação universitária, deve-se dizer que ela também é de vital importância e que ações extensionistas formuladas cuidadosamente devem ser sempre incentivadas, já que a extensão constitui a forma mais direta do tão necessário transbordamento do conhecimento universitário para a sociedade.

Tendo em vista a necessidade aqui recorrentemente apontada de se conjugar Economia e Antropologia não apenas para o entendimento da realidade, mas, também

para, a partir deste, possibilitar-se a proposição de ações que promovam melhorias para a população em questão, sugerimos que a avaliação das políticas públicas implementadas na reserva, como o Bolsa Família não deve ser apenas objetiva, mas também subjetiva (isto é, levando em conta a percepção da população beneficiária dos programas). Assim, uma análise *antropológica* das políticas públicas seria extremamente bem-vinda.

4 Considerações Finais

Procuramos demonstrar a necessidade de se aprimorar as metodologias utilizadas no âmbito econômico para tratar das questões aqui colocadas, assim como a importância do cuidado na escolha dos referenciais teóricos, os quais devem, também, muitas vezes, ser relativizados.

No que concerne ao etnodesenvolvimento, cabe mencionar que trata-se de um conceito que é, atualmente, apropriado por diversas instituições que promovem políticas indigenistas, e pode, tanto no plano teórico quanto na prática, adquirir conotações diversas daquela aqui estabelecida. O etnodesenvolvimento não está imune a críticas, como aquelas colocadas por Ricardo Verdum (2006). Ao analisar, em sua tese de doutorado, duas experiências concretas consideradas etnodesenvolvimentistas, uma no Brasil e outra no Equador, O autor afirma que

Compreender estes processos de forma crítica certamente renovará nossa percepção dos processos interétnicos, bem como nos deixará em melhores condições de reconhecer e apoiar as atuais demandas e reivindicações indígenas (VERDUM, 2006, p. 152).

Talvez a polêmica suscitada pelo conceito etnodesenvolvimentista correntemente utilizado por diversas instituições deva-se ao fato de ele se constituir, muitas vezes, de um viés algo pragmatista, já que se refere ao desenvolvimento de uma dada população dentro do contexto capitalista, ainda que comportando diversas ressalvas na tentativa de preservar valores culturais. Muitos dos valores vigentes no sistema econômico capitalista devem, sem dúvida, ser substituídos em prol de uma sociedade mais justa e mais sustentável. Não partilhamos da opinião de que o sistema capitalista é o melhor, o mais desenvolvido e muito menos o único possível. Diferentemente, acreditamos na possibilidade de se construir uma sociedade na qual valores éticos transcendam os hoje considerados “econômicos”.

Dada a premência de questões da realidade Xakriabá, como a já observada migração sazonal para a atividade do corte da cana em outros estados, procurou-se, aqui, descrever e/ou analisar algumas tentativas de soluções já propostas e esboçar algumas outras. Como essas soluções se inserem em um limite de tempo menor, acreditamos que o etnodesenvolvimento aqui proposto é, a curto prazo, o melhor paradigma a ser alcançado. Isso, no entanto, não invalida críticas e tampouco impede a busca de soluções diversas para o futuro, e que se aproximem mais profundamente do ideal da substituição de valores acima mencionada.

É também interessante colocar que as críticas realizadas por Ricardo Verdum relacionam-se aos debates sobre o modelo de desenvolvimento globalizante presente no discurso econômico dominante das últimas 3 décadas. Apesar de observar a importância da institucionalização dos direitos indígenas, conquista advinda com a Constituição de 1988, Antonio Brand (2002) ressalta a defasagem entre a institucionalização dos direitos no plano teórico e a sua colocação em prática. Assim, diante dos adventos da

globalização econômica mais recente e do esvaziamento do papel dos Estados nacionais como provedores dos direitos socioeconômicos, é bastante procedente que se indague até que ponto a mobilização pelos direitos indígenas conseguirá conviver com entraves decorrentes das mudanças econômicas em âmbito global e nacional que não raro intensificam a marginalização de camadas e grupos sociais já expostos a condições adversas. Em outros termos, conquanto essa mobilização consiga indubitavelmente conquistas importantes no âmbito da “cidadania política” como a inclusa na Carta Magna de 1988, não se pode deixar de atentar para o agravamento, nas últimas décadas, da “descidadania econômica e social” (conforme observou Borón, 1996, citado por Brand, 2002) promovido a partir de práticas neoliberais que se baseiam no princípio do *Estado Mínimo*.

Esperamos, contudo, que o processo de mobilização observado, nas últimas décadas, em muitos grupos indígenas e também entre os Xakriabá continue promovendo melhorias na qualidade de vida das populações. Assim, continuará a se reverter um processo perverso de exclusão e relegamento de tais grupos a um “desaparecimento” inventado:

O destino dos povos e culturas indígenas, tal como o de qualquer outro grupo étnico ou nação, não está escrito previamente em lugar algum. A sua feição primitiva, a sua vulnerabilidade e a presumida tendência à extinção não foram jamais componentes naturais de sua existência, mas sim o resultado da compulsão das elites coloniais em instituir a homogeneidade, tentando abolir a ferro e fogo as diferenças culturais, religiosas e políticas. (OLIVEIRA, 1999, p. 7-8)

Cabe ainda mencionar que, diante da delicadeza das questões que nortearam este trabalho, muitas delas se colocam ainda em aberto. Assim, esperamos que, ao termos enunciado algumas delas, possamos contribuir para debates tão necessários. Como exemplo, podemos mencionar a questão ecológica, que é intrinsecamente interdisciplinar, além de constituir um exemplo de especificidade da população Xakriabá, cuja relação com o “meio-ambiente” é bastante distinta daquela observada nas sociedades essencialmente urbano-industriais.

Para se responder a tais questões, portanto, faz-se necessário um intenso debate interdisciplinar. Temas profundos e delicados como os aqui tratados só podem ser solucionados através de diálogo entre as diversas esferas do conhecimento envolvidas, as quais não são apenas as do saber acadêmico, mas envolvem também, impreterivelmente, as formas de conhecimento da população Xakriabá. A apresentação dessa importante premissa dá espaço para que concluamos este trabalho com a seguinte colocação: uma das únicas respostas da qual de fato dispomos é a de que, sejam quais forem os caminhos a serem seguidos pela população e pela economia Xakriabá, estes devem partir de escolhas da própria população, e não impostos por quaisquer agentes externos a ela.

Neste âmbito, é também importante ressaltar a importância do intercâmbio de saberes propiciado a partir de experiências extensionistas. A postura excessivamente intelectualista que muitas vezes se faz presente no ambiente universitário e que menospreza outros tipos de saberes poderia ser substituída pela troca de conhecimentos científicos com o conhecimento oriundo da prática de vida da população Xakriabá, por exemplo¹⁶.

¹⁶ Acredita-se aqui que “Olhares distintos sobre a realidade social e natural geram apreensões diferentes, com interpretações complementares que devem constituir insumos para a aproximação da realidade; o conhecimento científico é apenas uma ferramenta para explicação, não a única” (FUNDEP, 2006).

A Economia, e também provavelmente muitas outras ciências teriam muito a se beneficiar dessa troca. Para Citar Clementino e Monte-Mór:

Uma economia para tratar da questão indígena há que ser uma economia que incorpore questões ligadas à gestão do ambiente de vida e ao desenvolvimento da produção e consumo comunitários (e familiares), ligadas à vida cotidiana e à reprodução coletiva. Esta ‘disciplina’, a que chamamos ‘nova economia’, terá que resgatar (e certamente ampliar e redefinir) o sentido etimológico original da *oekonomia*, isto é, da *nomia* do *oikós*, cuja tradução livre (e imprecisa) vamos tomar como sendo a “gestão do espaço de vida”¹. A ênfase crescente nos aspectos ligados à qualidade de vida, nos aspectos da reprodução coletiva e da vida comunitária, nas alternativas de organização social e econômica para a produção (e consumo), em articulação mas essencialmente externas ou periféricas aos aspectos centrais do capitalismo internacional sugerem que algo novo está em gestação no mundo contemporâneo, articulando as escalas local e global, as instâncias sócio-espaciais e culturais, e as questões ambientais e econômicas. Suas implicações e desdobramentos para os povos tradicionais e excluídos, e em particular, para os Xakriabá no Norte de Minas Gerais, ainda estão por ser (re)definidas, investigadas e compreendidas.

Acreditamos que essa disciplina que ainda está por vir poderá se constituir mais facilmente também a partir de diálogos com a Antropologia, como aqui se propõe.

5 Referências Bibliográficas

BARROSO-HOFFMANN, Maria Barroso; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista II**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

BRAND, Antônio. Mudanças e continuísmos na política indigenista pós-1988. In: BARROSO-HOFFMANN, Maria Barroso; LIMA, Antonio Carlos de. (Orgs.). **Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2002.

CLEMENTINO, Alessandro M.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. (2006) Xakriabás: economia, espaço e formação de identidades. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 2006.

CORAGGIO, Jose Luis. **Economia Urbana: la perspectiva popular**. Quito: Frónesis, 1994.

_____. **Desenvolvimento Humano e Educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996.

DINIZ, Sibelle C.; MAGALHÃES, Felipe C.; MONTE-MÓR, Roberto Luís de M.. Economia e Etnodesenvolvimento no Território Indígena Xakriabá, MG. In: XII

Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. **Anais**. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2006.

FUNDEP, Belo Horizonte. **Fortalecimento das práticas agroecológicas, resgate de variedades locais e construção da autogestão das comunidades Xakriabá em São João das Missões**. Projeto apresentado ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, seleção 2006.

GOMES, Ana Maria; MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. Educação e alternativas de produção: diagnóstico da economia e implementação de projetos de sustentabilidade junto à comunidade indígena Xakriabá (norte de Minas Gerais). In: III Seminário Internacional da ARIC – Association pour la Recherche Inter Culturelle na América Latina, 2006, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. **Urbanização extensiva e economia dos setores populares**. Belo Horizonte, 2006. 17 p. Trabalho não publicado.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. In: BARROSO-HOFFMANN, Maria Barroso; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

SAHLINS, Marshall. **A sociedade afluyente original**. In: Cultura na prática: Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004, pp. 105-151.

SANTANA, Jeuzani P. **Central de Associações Indígenas Xacriabá**. Texto desenvolvido no Curso Superior Indígena. Primeiro Módulo, Maio/ Agosto de 2006. Eixo Socioambiental - Projetos Sociais. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS, Ana Flávia M. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá**: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 1997. 304p.

SANTOS, Boaventura S.; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Cedecom. **Xacriabás participam de curso de economia e educação**: 09 de junho de 2004. Disponível em <http://www.ufmg.br/online/arquivos/000411.shtml> Acesso em 25/03/2007.

_____. **UFMG inaugura internato rural em reserva indígena Xakriabá**, 12 de janeiro de 2006. Disponível em <http://www.ufmg.br/online/arquivos/002884.shtml>. Acesso em 25/03/2007.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) in BARROSO-HOFFMANN, Maria Barroso; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ LACED, 2002.

_____. **Etnodesenvolvimento: nova/ velha utopia do indigenismo**. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. 2006, 200 p.

Fonte: Elaboração realizada pelos estudantes Xakriabá do Curso de Formação Intercultural de Professores em 2006.

